

# A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

## SOB AS DITADURAS DE SALAZAR E CAETANO

TERESA FONSECA

### 1.- Os entraves à emigração.-

A Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial contribuíram para estancar o fluxo migratório de Portugal para o Brasil e para as colónias africanas de Angola e Moçambique. Prevendo um recomeço das partidas para estes ou outros destinos após o termo do Conflito, o governo português criou, por decreto-lei de 28 de outubro de 1947, a “Junta da Emigração”. O seu objetivo consistia em controlar a saída e a circulação dos nacionais fora do território continental. Porém, planeado para dirigir as partidas para o Brasil e outros países da América Latina ou para as colónias, este organismo viria a sentir grandes dificuldades em controlar a inesperada mudança de rumo da maioria dos emigrantes<sup>146</sup>.

Na verdade, a partir da década de 50, os Portugueses passaram a optar pelo Velho Continente, principalmente a França, que entre 1961 e 1975 acolheu 79,3% do total de emigrantes portugueses na Europa<sup>147</sup>. Destruídos pela Guerra e já em fase de recuperação económica, estes países careciam bastante de mão-de-obra, para a construção civil, a exploração mineira, a indústria, a hotelaria e outros serviços<sup>148</sup>. E apesar da dificuldade linguística, a proximidade geográfica tornava-os bastante mais atrativos que os destinos transoceânicos.

No entanto, a emigração legal era fortemente controlada pelo regime ditatorial e sujeita a regras apertadas, ditadas pela “Junta” e aplicadas pelas câmaras municipais. Os candidatos eram escolhidos de acordo com exigentes critérios políticos e morais. E nos recrutamentos dava-se prioridade aos mais velhos, aos homens casados e com famílias numerosas

---

<sup>146</sup> Victor Pereira, *A ditadura de Salazar e a emigração. O Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1964)*, Lisboa, Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2014, p. 132-152.

<sup>147</sup> Moisés Cayetano Rosado, “Los años sesenta en la raya extremeño-alentejana; entre pobreza, represión y emigración”, in Antonio Muñoz, Francisco J. Rodriguez e Guillermo León (Editores), *El Portugal Salazarista frente a la Democracia*, Badajoz, Diputación de Badajoz, 2016, p. 130-131 (111- 143).

<sup>148</sup> *Idem*, p. 127-128.

ou aos de menores recursos, numa identificação de política de emigração com assistência pública<sup>149</sup>.

Os grandes proprietários rurais do Centro e Sul do país pressionavam as câmaras e o Ministério do Interior, que tutelava a “Junta da Emigração”, no sentido de dificultarem a saída dos trabalhadores do campo. Deste modo pretendiam continuar a assegurar, por baixos salários, a mão-de-obra necessária na época mais intensa da faina agrícola, sem se preocuparem se os trabalhadores ficavam desocupados o resto do ano<sup>150</sup>.

Outros argumentos, invocados pelos senhores da terra mas também pelas elites políticas, relacionavam-se com o perigo de contágio provocado pelo confronto com as realidades dos países de destino, suscetíveis de “corromperem”, moral e politicamente, os expatriados portugueses. Deste modo, a coesão social e política da ditadura sobrepunha-se às vantagens económicas e financeiras resultantes do ingresso das divisas dos emigrantes<sup>151</sup>, importando ainda menos a melhoria das condições de vida de quem saía e mesmo dos familiares que ficavam.

António Bernardino Farrica, trabalhador rural alentejano de Montemor-o-Novo, apenas foi autorizado, em 1964, a partir para França, onde já tinha trabalho ajustado na apanha da beterraba, depois de se ter casado pela Igreja<sup>152</sup>. Teófilo Linguíça, também operário agrícola do mesmo concelho, viu-lhe recusada uma candidatura a emigrante em Inglaterra, sob o pretexto ridículo de não sofrer dificuldades económicas, pois os inspetores encontraram em sua casa uma garrafa de vinho do Porto<sup>153</sup>. Custódio Gingão, colega e amigo de infância de Teófilo Linguíça, motivado por um edital afixado na Casa do Povo da sua aldeia oferecendo trabalho na Alemanha, tentou sair legalmente. Mas o passaporte foi-lhe negado, alegadamente por motivos de natureza militar, quando já tinha cumprido os três anos de serviço obrigatório, dois dos quais na guerra em Angola<sup>154</sup>.

No entanto, as verdadeiras razões dos obstáculos à saída, por via legal, dos três montemorenses, eram outras. O primeiro era um conhecido

---

<sup>149</sup> Victor Pereira, *A ditadura de Salazar e a emigração ...*, p. 50-51.

<sup>150</sup> *Idem*, p. 44.

<sup>151</sup> *Idem*, p. 45-49. Nos anos de 1969, 1971, 1972 e 1973, as receitas decorrentes das poupanças dos emigrantes chegaram a superar o défice comercial português. Veja-se Moisés Cayetano Rosado, “Los años sesenta en la raya extremeño-alentejana ...”, p.

<sup>152</sup> Depoimento oral prestado à autora a 8 de abril de 2008.

<sup>153</sup> Teresa Fonseca, *Custódio Gingão. Um percurso de cidadania*, Lisboa, Colibri, 2015, p. 51-52.

<sup>154</sup> *Idem*, p. 51.

militante comunista, já várias vezes preso<sup>155</sup>. E os outros dois, quando ainda adolescentes, envolveram-se na luta pelas oito horas de trabalho no campo, conquistadas em maio de 1962<sup>156</sup>. Por esse facto eram suspeitos de desafetos ao regime.

Mas tudo servia de pretexto para evitar a sangria de gente. Ao torneiro mecânico António Joaquim Melgueira, também montemorense, foi-lhe recusado o passaporte para França, em 1971, com a alegação de ser um operário especializado e por isso fazer falta ao país<sup>157</sup>. José Seatra, um seu conterrâneo, foi em criança guardador de vacas. Como “apanhava muita pancada do pastor”, passou a aprendiz de padeiro. Manteve-se 10 anos no ofício até partir para França, em 1969, com 23 anos, munido de um passaporte de turista. Ao fim de um ano veio de férias à terra. Mas teve de regressar “a salto”, porque as autoridades nacionais lhe recusaram o passaporte, invocando a carência de padeiros em Portugal<sup>158</sup>.

Perante tais obstáculos, havia quem desistisse de emigrar, como sucedeu a Teófilo Linguixa. Outros sujeitaram-se a ações contrárias às suas convicções, como António Farrica, obrigado a sujeitar-se a um casamento católico, apesar de não ser crente.

Alguns, pela sua persistência, acabavam por conseguir o almejado passaporte, como sucedeu a António Melgueira. Depois de o ver por duas vezes recusado pela câmara de Montemor-o-Novo, decidiu pedir uma audiência no Governo Civil de Évora. Após meses de espera, acabou por ser recebido. O governador, com a arrogância então comum aos detentores dos baixos e altos cargos políticos, alegou para a recusa a necessidade do país em operários especializados, como acima referimos. O jovem, sem se deixar intimidar, contrapôs, num tom semelhante, que se lhe pagassem o mesmo que em França preferia ficar na sua pátria. E ameaçou partir clandestinamente, se não lhe concedessem autorização. Daí a dias, recebia em casa o passaporte.

---

<sup>155</sup> Teresa Fonseca, “José Adelino dos Santos e a resistência à ditadura em Montemor-o-Novo”, *Almansor*, N<sup>o</sup> 7, 2<sup>a</sup> Série, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2008, p. 222-224 (217-227). E ainda o depoimento oral de 8 de abril de 2008, acima referido.

<sup>156</sup> Teresa Fonseca, *Custódio Gingão ...*, p. 29-40.

<sup>157</sup> Depoimento oral prestado à autora a 24 de setembro de 2017. As referências seguintes a António Joaquim Melgueira foram igualmente recolhidas neste depoimento.

<sup>158</sup> Teresa Fonseca (Coordenação), *A memória das mulheres. Montemor-o-Novo em tempo de ditadura*, Lisboa, Colibri, 2007, depoimento de Maria Teresa Machado Barreiros, p. 95-96.

Depois da malograda tentativa de saída para a Alemanha, Custódio Gingão voltou a pensar em emigrar, desta vez para a Suíça e já na companhia da mulher, Beatriz. Transferiram a residência para Lisboa, onde esta tinha familiares. Por serem desconhecidos na capital, supunham ser mais fácil a obtenção de passaportes de emigrante. Todavia, apenas conseguiram, como sucedera com José Seatra, o de turista, e com a validade ainda mais curta, de apenas um mês. Na falta de alternativa, optaram por esta saída irregular<sup>159</sup>, uma situação intermédia entre a fuga clandestina e a emigração legal, adotada por muitos outros nacionais<sup>160</sup>.



(Foto 1.- Custódio Gingão, em 1971, quando se encontrava emigrado na Suíça, com a irmã Júlia, em Génève)

Marcelo Caetano, apostado em mudar a política migratória de Salazar, substituiu, em 1970, a “Junta da Emigração” pelo “Secretariado Nacional da Emigração”. As suas funções eram semelhantes às da Junta. Mas o novo organismo ensaiou outro método para conter a saída dos nacionais, ao propagandear as vantagens da via legal sobre a clandestina<sup>161</sup>.

---

<sup>159</sup> Teresa Fonseca, *Custódio Gingão ...*, p. 52.

<sup>160</sup> Victor Pereira, *A ditadura de Salazar e a emigração ...*, p. 54 e 191.

<sup>161</sup> Joel Serrão, *A emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 3ª Edição, 1977, p. 153-163.

No entanto, estas tentativas não surtiram o efeito desejado. Perante os entraves burocráticos, morosos, dispendiosos e de resultado incerto, muitos candidatos, mesmo se cumprissem os exigentes requisitos para a obtenção de passaporte, optavam pela saída ilegal. Os engajadores e passadores, apesar do retrato negativo e mesmo tenebroso divulgado pela imprensa acerca das suas atividades, inspiravam, a quem desejava partir e às suas famílias, mais confiança que os caciques camarários e a polícia política, instituições incontornáveis para quem pretendia sair ao abrigo da lei<sup>162</sup>.

## 2.- A emigração e a guerra colonial.-

Com a entrada na década de 60, à emigração de natureza económica junta-se a provocada pela fuga à guerra colonial. Os movimentos de libertação das colónias portuguesas, depois de vários anos de tumultos e greves de trabalhadores negros brutalmente reprimidos pela tropa portuguesa, passam à luta armada<sup>163</sup>. Esta começa em Angola em 1961, depois eclode na Guiné em 1963 e por último em Moçambique em 1964, para apenas terminar com a revolução de 25 de Abril de 1974, que abre caminho ao processo da independência destes países<sup>164</sup>.

Por conseguinte, a taxa de clandestinidade migratória avaliada, até 1962, em um terço do total de passagens fronteiriças, cresceu consideravelmente a partir deste ano, para atingir o ponto mais alto em 1970, com 61,3% de saídas ilegais<sup>165</sup>. E a partir de 1965, Portugal começou a perder todos os anos habitantes, pois o número de emigrantes ultrapassava o saldo demográfico<sup>166</sup>.

Apesar dos esforços das autoridades policiais para impedir a saída dos mancebos que se furtavam aos deveres militares, o historiador Joel Serrão calcula que nos anos da guerra terão partido clandestinamente cerca de 100.000 refratários<sup>167</sup>. Entre 1961 e 1972 a percentagem de desertores e refratários cresceu de 11,6% para 20,3% de recenseados. A fuga era mais fácil, e por isso mais elevada, nas localidades próximas da fronteira, onde

---

<sup>162</sup> Victor Pereira, *A ditadura de Salazar e a emigração ...*, p. 289-293.

<sup>163</sup> Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, Volume 7 da *História de Portugal* (Coordenação de José Mattoso), Lisboa, Estampa, 1994, p. 515.

<sup>164</sup> José Freire Antunes, *A guerra de África (1961-1964)*, Lisboa, Temas e Debates, 1996.

<sup>165</sup> Joel Serrão, *A emigração portuguesa*, p. 62-63.

<sup>166</sup> António Barreto, *Anatomia de uma revolução. A reforma agrária em Portugal. 1974-1976*, Lisboa, Europa-América, 1987, p. 26.

<sup>167</sup> Joel Serrão, *A emigração portuguesa*, p. 65.

a falta à inspeção médico-militar chegou a atingir, em 1965, os 90%, em certas aldeias raianas<sup>168</sup>.

As redes clandestinas de fuga estavam perfeitamente organizadas, tanto por terra como por via marítima. Implicavam o suborno de guardas fronteiriços e funcionários aduaneiros, mal pagos e de duvidosa fidelidade ao governo. E até os agentes locais da Guarda Nacional Republicana, por corrupção, falta de recursos ou descuido, “fechavam os olhos” a esta atividade, em princípio proibida, mas na prática relativamente tolerada<sup>169</sup>.

Os foragidos à incorporação militar partiam por regra muito cedo, pelos 15 anos de idade, de modo a evitarem a acusação de refratários, no caso de serem apanhados.

De Viana do Castelo, nos meses em que o mar oferecia menor risco, partia regularmente uma embarcação com 40 passageiros clandestinos. Ao deixar a costa portuguesa, navegava em linha reta até alcançar águas internacionais. Rumava então para norte, voltando a aproximar-se da costa ao atingir a latitude francesa<sup>170</sup>.

A via terrestre, além de igualmente arriscada, representava uma verdadeira prova de resistência, bem retratada por Victor Pereira na seguinte passagem:

“Os clandestinos têm de atravessar cursos de água, caminhar durante toda a noite atormentados pela fome, a sede e o frio, amontoar-se em camiões de transporte de animais ou em camiões-frigoríficos, atravessar os desfiladeiros dos Pirenéus cobertos de neve, perseguidos pela polícia.”<sup>171</sup>

A polícia política portuguesa<sup>172</sup>, relativamente tolerante para com quem saía por razões meramente económicas, tornava-se implacável se apanhava refratários, desertores ou fugitivos políticos, o que levou à criação de canais próprios para a evacuação desta natureza de clandestinos<sup>173</sup>.

---

<sup>168</sup> Victor Pereira, *A ditadura de Salazar e a emigração ...*, p. 48.

<sup>169</sup> *Idem*, p. 276.

<sup>170</sup> Relatos de um engajador minhoto, efetuado em casa dos pais da autora, nos finais da década de 60.

<sup>171</sup> Victor Pereira, *A ditadura de Salazar e a emigração ...*, p. 274.

<sup>172</sup> Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) até 1969. Neste ano, por decreto de 24 de novembro, passa a designar-se por Direção-Geral de Segurança (DGS). Mas como a mudança é considerada, pela oposição, uma simples operação de cosmética, designa-a por PIDE/DGS.

<sup>173</sup> Vítor Pereira, *A ditadura de Salazar e a emigração ...*, p. 277.

### 3.- A emigração e as dificuldades económicas.-

Para quem tinha a situação militar resolvida, a principal razão da emigração era a necessidade de melhorar as condições de vida. Muitos decidiam-se a partir quando se viam em situações de maior aperto financeiro. O sogro de José Seatra foi ter com a filha Maria Teresa e o genro a França, por estar “com a vida um pouco atrapalhada”. Tinha contraído um empréstimo bancário “para fazer uma casinha”, mas sentia grande dificuldade em pagar as prestações. Quando chegou a França, Maria Teresa e José Seatra emprestaram-lhe o valor em dívida, para não ter de pagar mais juros. Nos 11 anos de emigrado “endireitou a vida”. Regressou à pátria em 1981, com uma reforma “razoável”. Ampliou a casa, comprou televisão a cores e “passou um fim de vida descansado”<sup>174</sup>.

Adelino Lourenço dos Santos, sapateiro em Montemor, partiu para o mesmo país por motivos semelhantes. Devido “à miséria em que viviam”, os clientes ficavam a dever-lhe o calçado, o que por seu turno o impossibilitava de pagar ao fornecedor das solas. Quando a situação se tornou insustentável, emigrou. Apenas veio de férias ao fim de quatro anos, quando juntou dinheiro suficiente para saldar todas as dívidas. Alguns dos seus devedores, também obrigados pelas dificuldades económicas a seguir o mesmo destino, acabaram por lhe pagar as dívidas em França<sup>175</sup>.

O sofrimento provocado pela separação das famílias constituía um dos grandes dramas da emigração. As mães que se separavam dos filhos que fugiam à tropa, desconheciam quando os voltariam a ver, pois ninguém sabia quanto mais tempo duraria a interminável ditadura e com ela a guerra colonial.

Os que partiam com o serviço militar cumprido, geralmente iam à frente, obrigando à separação das famílias, por vezes prolongada. Na verdade, as autoridades dos países de receção não facilitavam o reagrupamento familiar. O seu objetivo era conseguir mão-de-obra que voltasse para os países de origem quando fosse dispensável, ou se renovasse com outra mais jovem, entretanto chegada<sup>176</sup>.

---

<sup>174</sup> Teresa Fonseca (Coordenação), *A memória das mulheres ...*, depoimento de Maria Teresa Machado Barreiros, p. 96-97.

<sup>175</sup> Teresa Fonseca (Coordenação), *A memória das mulheres ...*, depoimento de Rosalina Maria Morraceda, p. 104.

<sup>176</sup> Moisés Cayetano Rosado, “Los años sesenta en la raya extremeño-alentejana ...”, p. 132.

O casal e os filhos apenas se voltavam a reunir quando o marido conseguia condições mínimas de habitabilidade, uma ocupação para a mulher, escola para as crianças crescidas e alguém que cuidasse das mais pequenas, o que geralmente levava algum tempo.

Rosalina Maria Morradeira apenas se juntou ao marido, o já referido Adelino Lourenço dos Santos, um ano depois de este ter partido para França<sup>177</sup>. O operário agrícola Manuel José Tomate, “cansado da vida de miséria”, emigrou para a Alemanha em 1967. A mulher, Maria Luísa, seguiu-o sete meses e meio depois, deixando em Portugal o filho ainda pequeno, que se lhes juntaria mais tarde, com a irmã mais nova de Maria Luísa<sup>178</sup>.

Perante as dificuldades de sobrevivência em Portugal, Mariana da Conceição Sampaio e o marido, Valdemiro Dionísio, emigraram em 1971 para a Alemanha, onde viviam a irmã e o cunhado de Mariana. Na altura já eram nascidos os seus três filhos. Levaram consigo o mais novo, com 10 meses, mas tiveram de deixar “alguns meses” com os avós maternos as meninas, de dois e sete anos, até reunirem condições para as acolher<sup>179</sup>.

Quando a família nuclear se conseguia finalmente juntar, mantinham-se ainda as saudades dos outros parentes. Nos três primeiros anos, Maria Luísa e Manuel José não vieram a Portugal, devido ao preço elevado das viagens. “Por isso as saudades eram muitas”. Quando regressaram pela primeira vez, os pais de Maria Luísa abraçaram-na de tal forma que parecia não a quererem “mais largar”<sup>180</sup>.

Evangelina da Conceição juntou-se ao marido, Guilherme Grilo, emigrado em França há mais de um ano, em 1966. Quando regressava das curtas férias estivais passadas em Portugal, “ia a meio de Espanha e ainda chorava”, já cheia de saudades. Por isso, ao fim de 15 anos voltaram definitivamente à pátria, onde se sentiam melhor, apesar da burocracia, dos baixos salários e da qualidade inferior dos serviços de saúde<sup>181</sup>.

---

<sup>177</sup> Teresa Fonseca (Coordenação), *A memória das mulheres ...*, depoimento de Rosalina Maria Morradeira, p. 104.

<sup>178</sup> Teresa Fonseca (Coordenação), *A memória das mulheres ...*, depoimento de Maria Luísa Tomate, p. 83.

<sup>179</sup> Depoimento oral de Mariana da Conceição Sampaio, de 19 de outubro de 2017.

<sup>180</sup> Teresa Fonseca (Coordenação), *A memória das mulheres ...*, depoimento de Maria Luísa Tomate, p. 83.

<sup>181</sup> Depoimento oral e escrito de Evangelina da Conceição Gaitas de Carvalho, efetua-do ao longo de vários dias da segunda quinzena de outubro de 2017.



Foro 2.1.- (Guilherme e Evangelina Grilo em França, com os filhos José Manuel e Anabela. Paris, 1970)



Foro 2.2.- (Evangelina em França, com o filho José Manuel, a filha Anabela (ao colo) e duas sobrinhas. Arredores de Paris. 1970)

#### 4.- A vida de imigrado.-

Uma vez atingido o local de destino, começavam outros problemas para os emigrados portugueses. Quem entrava de forma irregular, estava mais vulnerável, tanto perante as autoridades do país de acolhimento como perante a entidade empregadora.

Chegados à Suíça em maio de 1971, Custódio e Beatriz passaram a trabalhar numa unidade hoteleira. Cumpriam horários de 12 horas e Beatriz chegou a trabalhar 19 horas consecutivas. Folgavam apenas um dia por semana. Segregados pelos nacionais, conviviam, nos raros tempos livres, com outros portugueses, incluindo alguns conterrâneos e até familiares, o que ajudava a atenuar o desenraizamento e a saudade.

Custódio sabia da existência, em Genebra, de grupos organizados de compatriotas opositores à ditadura. Mas devido à sua situação irregular, nunca se aproximou deles, com receio de ser repatriado. Como os passaportes turísticos tinham a referida validade de um mês, o patrão, para contornar a situação, ia mensalmente a França carimbá-los, como se os titulares tivessem entrado nesse dia na Suíça e assim se remediava a situação até ao mês seguinte. Mesmo assim apanharam alguns sustos. Como nem sempre era possível proceder à renovação com a pontualidade necessária, para fugir à vigilância apertada da polícia helvética, que aparecia sem avisar e quando menos se esperava, a patroa chegou a esconder Beatriz num roupeiro do seu quarto, para evitar a multa e a expulsão da empregada<sup>182</sup>.

De modo a tentar pôr termo a esta situação insegura e geradora de ansiedade, Custódio pediu ao pai que lhe enviasse uma certidão comprovativa da regularização da sua situação militar. Mas perante os entraves da burocracia portuguesa, o progenitor apenas conseguiu obter uma autorização de permanência no estrangeiro por mais seis meses, o que fez encurtar a experiência migratória do casal<sup>183</sup>.

Maria Teresa e José Seatra instalaram-se numa pequena cidade a 30 quilómetros de Paris. Ao fim de seis meses, Maria Teresa dominava razoavelmente a língua, o que lhe permitiu fazer as férias de uma compatriota que trabalhava para um casal francês. Estes deram-lhe carta de trabalho. Ingressou em seguida numa grande lavandaria, onde permaneceu durante 15 anos. Eram perto de uma centena de operários de várias nacionalidades. A maioria eram mulheres, sobretudo portuguesas do norte do país. Mas havia também francesas, espanholas, italianas, alguns marroquinos,

---

<sup>182</sup> Teresa Fonseca, *Custódio Gingão ...*, p. 52-53.

<sup>183</sup> *Idem*, p. 53

argelinos, um paquistanês, e mais alguns do Mali e de Guadalupe. Trabalhou bastante, mas o seu trabalho “era reconhecido”. Quando a chefe adoeceu, foi escolhida para a substituir, apesar de ter pouco mais de vinte anos e passar a dirigir senhoras que ultrapassavam os 50.

José Seatra trabalhou vários anos num empresa de canalizações de água e esgotos e depois passou ao ofício de pedreiro. Nos tempos livres, dançava num racho folclórico português.

Maria Teresa guarda boas recordações dos Franceses, tanto de colegas como de vizinhos. Um dia o filho adoeceu repentinamente com uma otite. Sua mãe telefonou para a lavandaria. Mas entretanto uma francesa que residia perto oferecera-se para levar, no seu automóvel, a criança a um especialista. Quando Maria Teresa chegou a casa, já estavam as duas na farmácia a aviar a receita do médico. Considera que os Portugueses “eram muito bem vistos em França (...) considerados trabalhadores, pacíficos e educados”<sup>184</sup>.

Maria Luísa Tomate teve bastante mais dificuldade de se adaptar à língua alemã, bem diferente do português. Trabalhou, com o marido, Manuel José Tomate e depois também com a irmã, numa fábrica do setor metalúrgico, próximo de Dortmund. Levaram uma vida de sacrifício. O seu objetivo, como o da generalidade dos emigrantes, era juntarem o máximo de dinheiro para regressarem à pátria o mais rápido possível. Se as encomendas eram muitas, como sucedia na época de Natal, trabalhavam sábados e domingos.

Entretanto a fábrica faliu. Maria Luísa passou para outra, de produção de torneiras; e Manuel José para uma de camiões. Em casa, o trabalho era repartido entre o casal, tanto a comida como a roupa e o tratamento dos animais. Levantavam-se às 5 horas da manhã. “O trabalho era duro, mas o nível de vida muito melhor” que em Portugal.

Maria Luísa esteve doente várias vezes na Alemanha e chegou a ser operada. Mas não tem queixa dos serviços de saúde, que considera melhores que os portugueses. No país de acolhimento apenas se deu mal com o clima, principalmente no inverno.

No seu país, Maria Luísa tinha sido sempre “uma revoltada”. Desde muito nova, indignava-se por serem quatro a trabalhar para uma família de sete e mesmo assim o conjunto dos ordenados mal dava para comerem. Por isso, lia com interesse o «Avante!» e outros folhetos clandestinos, que

---

<sup>184</sup> Teresa Fonseca (Coordenação), *A memória das mulheres ...*, depoimento de Maria Teresa Machado Barreiros, p. 96-97.

lhe chegavam através de um seu irmão e de um cunhado, embora na altura desconhecesse quem os distribuía. Não tinha militância política, mas conhecia alguns ativistas, incluindo António Gervásio.

Entusiasmou-se muito com a campanha eleitoral de Humberto Delgado<sup>185</sup> e com o assalto ao pacote Santa Maria<sup>186</sup>. Mas indignava-se quando os patrões do pai lhe entregavam um envelope com o nome de quem eles entendiam que ele deveria votar.

Na Alemanha, conheceram um casal português, de apelido Pereira, que tinham emigrado para fugirem à polícia política. Por seu intermédio, conheceram outros portugueses e alemães de esquerda. Tinham reuniões, nas quais discutiam a situação política nacional e internacional, bem como a sua situação de imigrantes. Considera ter aprendido muito nesses encontros.

Em 1982, quando já tinham feito “uma casinha” na aldeia natal e comprado, ao lado, um terreno para construir outra para o filho, decidiram regressar. Sua irmã casou com um alemão e tem a sua vida organizada neste país. Apesar da distância, mantêm o contacto e continuam “a dar-se muito bem”<sup>187</sup>.

António Joaquim Melgueira, finalmente munido do seu passaporte, partiu de comboio a caminho de França. Tinha já emprego assegurado numa oficina onde trabalhava um seu conterrâneo. Mas não conhecia mais ninguém em Paris nem sabia “uma palavra” de francês. Por isso, quando, em novembro de 1971, com 25 anos, desembarcou na gare de Austerlitz, sentiu-se profundamente só, no meio da enorme multidão que entrava e saía apressada. Nunca tinha andado de metropolitano, nem sabia perguntar onde tomar a linha que o deveria conduzir ao seu destino. Além disso sentiu um frio imenso, no corpo, pois não ia preparado com a roupa adequada, mas também na alma, dominada pela angústia do desconhecido.

Para agravar a situação, as condições de alojamento ficaram bastante aquém do prometido. O apartamento que lhe estava destinado teve de ficar desabitado durante três meses, por a última locatária ter sido aí encontrada morta já em decomposição. Em alternativa, alojaram-no numa garagem, sem um mínimo de condições. Para tomar banho deslocava-se

---

<sup>185</sup> Sobre o tema veja-se Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado. Biografia do general sem medo*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008, p. 553-764.

<sup>186</sup> Irene Flunser Pimentel, *História da oposição à ditadura. 1926-1974*, Porto, Figueirinhas, 2013, p. 358-364.

<sup>187</sup> Teresa Fonseca (Coordenação), *A memória das mulheres ...*, depoimento de Maria Luísa Tomate, p. 83-85.

ao centro de Paris, a alguns quilómetros de distância. Depois de 12 horas de trabalho diário, recolhia à solidão do compartimento, onde passava os longos serões, sem ter com quem falar e onde chorava de frio e de tristeza. Ao fim de uma semana pensou em regressar a Portugal. Mas a força de vontade e o hábito, adquirido desde criança, de enfrentar as adversidades, falaram mais alto.

Com o primeiro ordenado, comprou agasalhos apropriados aos rigores do inverno parisiense. E tratou de vencer a barreira linguística, inscrevendo-se numa escola aberta por um grupo de estudantes universitários, que se voluntariavam a ensinar francês a emigrantes de diferentes nacionalidades. O local das aulas ficava a sete quilómetros da sua morada, sendo por vezes obrigado a efetuar o percurso de ida e volta a pé.

Quando finalmente se transferiu para o apartamento, constatou que a casa de banho consistia apenas num “buraco” para as necessidades fisiológicas, sem lavatório nem chuveiro. E perante a ineficácia dos protestos feitos junto da entidade patronal, teve ele próprio de improvisar um equipamento para poder tomar duche em casa.

Na fábrica onde trabalhava, fazia os moldes em metal para peças de plástico a aplicar em automóveis de vários modelos da marca Renault. Dada a sua competência e qualidades de trabalho, foi selecionado para efetuar um estágio em Inglaterra e para frequentar vários cursos de física e de química. Ascendeu à direção de produção e chegou a dirigir mais de 200 operários. Neste lugar prestigiado, atraiu a inveja de colegas franceses, que não admitiam ser ultrapassados por um emigrante. Chegaram a sabotar-lhe o trabalho, para o desacreditarem perante os superiores. Sentindo-se incapaz de vencer tais rivalidades, acabou por se despedir e trabalhar como taxista nos últimos 20 anos de permanência na capital francesa.

Por influência do compatriota que o incitara a emigrar, António de-riu à CGT francesa. Apesar de serem os mais explorados, eram poucos os trabalhadores estrangeiros a pertencerem à “Confédération Générale du Travail”. António foi um sindicalista ativo, tendo ajudado a implementar o sindicato na primeira empresa em que trabalhou.

Em 1973, António Melgueira veio casar a Portugal com Maria José, a namorada que cá deixara<sup>188</sup>. Para esta, a adaptação também não foi fácil, apesar do apoio do marido. Sentia saudades dos pais e da irmã. Passou por “momentos difíceis”, mas tinha sido essa a sua escolha. Começou por trabalhar no escritório da oficina onde António era operário, mas os dois

---

<sup>188</sup> Testemunho escrito de Maria José Pereira Melgueira, de novembro de 2017.

anos de estudo do francês que levava da escola em Portugal revelaram-se bastante insuficientes, vendo-se na necessidade de aprofundar o conhecimento da língua.



(Foto 3.- Casal Melgueira)

Nos primeiros tempos, António acompanhava-a ao mercado e explicava-lhe onde devia fazer as compras, mas pouco depois passou a ir sozinha. Era preciso estar na fila para comprar peixe. E como ainda não sabia os nomes de cada espécie, quando chegava a sua vez, Maria José procurava colocar-se na frente do que queria. Assim, era só apontar para a banca e dizer: - “Este aqui”. E para não demonstrar ignorância da língua, tratou em primeiro lugar de aprender o nome de todos os alimentos que costumava comprar.

O domínio incipiente do francês fê-la passar por situações anedóticas. Numa ocasião em que foi à farmácia comprar um medicamento para atenuar a forte constipação do marido, Maria José explicou que este se encontrava “constipé”. Quando chegou a casa, constatou que o remédio era para a prisão de ventre, pois era esse o significado da palavra.

Maria José suspendeu o trabalho quando teve o primeiro filho. Dois anos depois nascia a filha. O pequeno apartamento que fora destinado a António quando chegara a Paris já não tinha espaço para a família. Mudaram-se para outro mais confortável e espaçoso, num bairro social acabado de construir.

Após o nascimento da menina, Maria José passou a tomar conta de crianças o que lhe permitia em simultâneo cuidar dos filhos. Quando já eram mais crescidos, passou a trabalhar de novo fora de casa, em residências para idosos, tendo chegado a diretora suplente. Como trabalhava na parte administrativa, não cuidava diretamente das pessoas internadas. No entanto, sempre que podia, gostava de ouvir as suas histórias de vida, que lhe transmitiam muitos ensinamentos e a faziam refletir.

Tanto António como Maria José exerceram trabalho voluntário. Com mais alguns Portugueses, fundaram uma associação com o objetivo de ensinarem português aos filhos dos imigrantes. A associação recrutava os professores e possuía uma carrinha para transportar os alunos às aulas, que eram pagas pelos pais.

Maria José ainda fez voluntariado numa outra associação, cuja sede ficava no prédio em que moravam. Ajudava à integração de estrangeiros de diversas nacionalidades. Ensinavam-lhes a língua francesa, os costumes e a maneira de viver em França e atos de civilidade. Auxiliavam-nos a tratar de questões burocráticas e a movimentarem-se nas repartições públicas francesas.

Em 2006, ao fim de mais de três décadas de emigração, fixaram-se de vez em Portugal, numa pequena quinta das imediações de Montemor, que tinham adquirido poucos anos antes. Maria José continua a fazer voluntariado, enquanto membro da direção do “Abrigo dos Velhos Trabalhadores de Montemor-o-Novo”. António entretém-se com a quinta e as reparações na casa. Ambos frequentam a Universidade Sénior de Montemor-o-Novo. Os filhos, nascidos e criados em França, casaram com naturais deste país. Os pais visitam-nos com frequência, bem como aos sete netos, que quase não falam português, mas gostam de passar férias na pátria dos avós.

Apesar de já ter uma irmã e um cunhado a residirem na Alemanha, a vida de Mariana Sampaio mudou radicalmente com a chegada a este país. Teve a sorte de se fixar numa aldeia, perto de Dortmund, onde eram os únicos estrangeiros. Talvez por isso, foram bem acolhidos. As meninas vizinhas vinham bater-lhes a porta, para levarem a sua filha mais velha para a escola. Convidavam-na para as festas de aniversário e ao fim de algum tempo Marina começou também a retribuir os convites. Conquistou amizades e as alemãs ensinaram-lhe a confeccionar bolos e outras receitas tradicionais.

O marido foi trabalhar para uma empresa do setor metalúrgico, localizada a 15 quilómetros do local de residência, onde permaneceu quase 30 anos. Presentemente trabalha lá o filho e ainda hoje se recordam de Valdemiro.

Mariana aprendeu a falar alemão com as vizinhas e as próprias filhas, mais familiarizadas com a língua, devido ao convívio no infantário e na escola. Começou por fazer limpezas numa escola de condução e num cabeleireiro. Entretanto, a dona de uma lavandaria situada ao lado da sua casa, propôs-lhe fazer arranjos de costura para as suas clientes. Mariana, que sempre costurara em Portugal, dentro de pouco tempo teve de contratar mais duas compatriotas para a ajudarem, pois não dava conta das encomendas. Por vezes trabalhava até às duas horas da madrugada. Entretanto, a proprietária da lavandaria encerrou o negócio e Mariana arranhou um novo espaço para trabalhar.

Quando o filho terminou o curso profissional, em 1989, regressaram com ele a Portugal, uma vez que as raparigas já tinham a vida organizada na Alemanha. Mas ao fim de seis meses voltaram, pois sentiram que na sua pátria o rapaz não tinha futuro. Além disso, tendo vivido praticamente toda a sua vida na Alemanha, o jovem, então com 18 anos, não se adaptava ao pequeno mundo montemorense, tão diferente de Dortmund.

De volta à Alemanha foram recebidos em festa. O padeiro, mal soube da notícia, colocou, por sua iniciativa, um aviso na fachada do estabelecimento a informar: - “Estou cá de novo!». E na manhã seguinte, ao abrir a porta, Mariana tinha à sua espera uma pequena fila de freguesas. Permaneceram então mais 10 anos, até regressarem de vez, em janeiro de 2000.

Os filhos, criados neste país, têm aí as suas vidas organizadas. A mais velha casou com um português, a do meio com um alemão e o rapaz com uma alemã. Quando Valdemiro era vivo, chegavam a ir cinco a seis vezes por ano visitar os filhos e os amigos. Depois do falecimento do marido, em 2011, Mariana continua a viajar para a Alemanha, embora com menos frequência. Os filhos telefonam-lhe diariamente e visitam-na nas férias de verão.

Considera que “foi muito feliz” neste país que tão bem a acolheu.

João Vitorino Dionísio e Maria Rosa Barreiras, trabalhadores rurais das imediações de Montemor-o-Novo, casaram em 1957. Embora não tivessem filhos, o pouco que ganhavam tinha de ser muito bem gerido para obviar ao seu sustento. E como em Portugal não viam perspectivas de mudança de vida, optaram pela emigração, com o intuito de adquirirem casa própria e juntarem algum pecúlio para a velhice. João partiu para Paris em 1965. Como era trabalhador rural indiferenciado e insuspeito de atividade política, não teve dificuldade em obter passaporte. Um cunhado e alguns amigos já lhe tinham arranjado emprego na construção civil, atividade em que se ocupou nos 16 anos de emigrante e na qual trabalhava a maioria dos homens portugueses.

Maria Rosa juntou-se-lhe quase dois anos mais tarde. Trabalhou sempre nas limpezas e como empregada doméstica. Entre as seis e as nove horas da manhã fazia limpezas num grande prédio de escritórios, onde trabalhavam mais de mil funcionários. Das nove às seis da tarde, servia de empregada doméstica em casa de várias famílias. E entre as seis e as oito ou nove da noite voltava à limpeza dos escritórios. Trabalhava também aos sábados e por vezes aos domingos. Quando os patrões para quem fazia serviços domésticos precisavam de sair à noite, ficava com as crianças até cerca da meia-noite. Quando não a levavam a casa, regressava no metropolitano. Nunca sentiu medo de viajar de noite. Muitas vezes o trabalho era tanto, que nem tempo tinha para almoçar. Passava por uma padaria e contentava-se com uma baguete.

João tinha um horário fixo e mais curto, entre as oito da manhã e as cinco da tarde. Como chegava cedo, cozinhava o jantar, punha a mesa, e aos sábados mudava a roupa da cama e colocava-a numa bacia com detergente, pois não possuíam máquina de lavar.

Quando chegaram a França desconheciam a língua, mas aprenderam-na sem grande dificuldade. Habitavam numa casa antiga e espaçosa, próximo da Gare du Nord, o que lhes facilitava as deslocações. Partilhavam-na com mais três casais de Montemor, dois deles familiares próximos de Maria Rosa (uma irmã e uma sobrinha). Ocupavam apenas um quarto e partilhavam com os outros casais os espaços comuns, incluindo a única casa de banho do andar. Nas imediações viviam muitos Portugueses. E todo este ambiente facilitou a adaptação.

Maria Rosa reconhece que emigraram “em boa altura”. Havia grande necessidade de mão-de-obra. Nunca lhes faltou trabalho e não se sentiram discriminados pelos Franceses. Foi até bastante acarinhada pelas pessoas para quem trabalhou. Vinham anualmente a Portugal, no mês de agosto. E enquanto prestou serviço numa família com duas crianças pequenas, estas queriam vir com ela de férias e ficavam a chorar quando percebiam que ia partir.

Trabalhou também para um casal com dois filhos adultos. Certo dia, ao proceder, por indicação da dona da casa, a uma limpeza mais profunda no quarto de um dos jovens, abriu um baú e apanhou um enorme susto ao ver lá dentro um esqueleto. O rapaz era estudante de medicina.

Ao fim de 14 anos, João e Maria Rosa tinham juntado algum dinheiro. Compraram um carro novo e regressaram definitivamente a Portugal em 1981, onde os esperava a casa que entretanto haviam mandado construir, além de mais um prédio rústico que tinham comprado. A readaptação ao país natal foi fácil. O marido ainda trabalhou durante mais algum tempo.

Mas Maria Rosa, esgotada pela dureza da vida em França, passou a dedicar-se exclusivamente à atividade doméstica.

João faleceu há cinco anos, após um casamento feliz que durou mais de meio século. Maria Rosa, hoje com 82 anos cheios de energia, gosta de partilhar com os amigos as suas aventuras em terras gaulesas.



(Foto 4.- Maria Rosa Barreiras à porta de sua casa em Montemor-o-Novo)

#### **5.- Os emigrantes e o 25 de Abril.-**

A maior parte destes emigrantes viveu o grande acontecimento da Revolução de 25 de Abril de 1974 no estrangeiro. As notícias chegavam tardiamente e de forma obscura ou distorcida. Um motorista da lavanda-

ria onde Maria Teresa Barreiros trabalhava, natural de uma freguesia do concelho de Évora, contou-lhe, na manhã de 25, ter ouvido na rádio que Portugal estava à beira de uma guerra civil. Maria Teresa ficou todo o dia desejosa de chegar a casa e saber pormenores. Então ficou “muito contente por ouvir na rádio “que Portugal dera uma lição o mundo, por ter feito uma revolução sem derramar sangue”<sup>189</sup>.

Rosalina Maria Morraceira, naquela tarde soalheira de primavera andava a passear no jardim público o bebé da patroa, quando se cruzou com um português conhecido. Este disse-lhe, “alvorçado, que estava a haver uma revolução em Portugal para acabar com o fascismo”. À noite, foi com o marido para casa de outro compatriota que vivia um pouco melhor e tinha televisão. Passaram lá o serão. –“Nem queríamos acreditar no que víamos e ouvíamos!”<sup>190</sup>.

Um português amigo de António e Maria José Melgueira que tinha sofrido muito em Portugal com a ditadura, bateu-lhes à porta na noite de 25 de Abril, empunhando uma garrafa de champanhe e gritando –“Somos livres! Somos livres!”. Ficaram contentes, mas a verdadeira alegria surgiria em agosto, quando regressaram de férias e constataram o clima de alegre euforia que se vivia no país. Era um contraste enorme com o Portugal que conheciam, de pessoas “tristes e medrosas”.

Naquela manhã de 25 de Abril, Maria Rosa Barreiras fazia a limpeza em casa de uma das suas patroas. Esta tinha o rádio ligado e ouviu as notícias sobre os acontecimentos em Portugal. Chamou a empregada e para seu espanto fê-la sentar-se numa cadeira em frente da televisão. Ligou o aparelho e disse-lhe para ficar a ver as notícias do seu país. Maria Rosa ficou felicíssima e muito grata à patroa, que também parecia feliz.

## **6.- Uma reflexão conclusiva.-**

A longa ditadura portuguesa (1926-1974) levou à emigração de muitas centenas de milhar de nacionais, principalmente por motivos de natureza económica, mas também política. Entre 1961 e 1975, partiram legalmente para países europeus 940.182 cidadãos e de forma ilegal 551.199, num total de 1.491.381 pessoas, das quais cerca de 35.000 provenientes do Alentejo<sup>191</sup>.

---

<sup>189</sup> Teresa Fonseca (Coordenação), *A memória das mulheres ...*, depoimento de Rosalina Maria Morraceira, p. 104.

<sup>190</sup> Teresa Fonseca (Coordenação), *A memória das mulheres ...*, depoimento de Rosalina Maria Morraceira, p. 104.

<sup>191</sup> Moisés Cayetano Rosado, “Los años sesenta en la raya extremeño-alentejana ...”, p. 128-129.

Muitas famílias dos distritos de Portalegre, Évora e Beja, para fugir às dificuldades de sobrevivência no interior rural, deslocaram-se, a partir da década de 60 do século XX, para as cinturas industriais de Lisboa e Setúbal, na época em grande expansão, onde acabariam muitas delas por se fixar em definitivo.

Outras, porém, optaram pela emigração para o centro da Europa. A França e a Alemanha receberam, no seu conjunto, 81,3% da emigração alentejana entre 1961 e 1975<sup>192</sup>. E os restantes elegeram como destino a Suíça, a Inglaterra, a Bélgica e a Holanda.

Além das dificuldades da saída e da angustiada separação familiar, estes migrantes tiveram de vencer a barreira da língua, as diferenças do clima, dos costumes e em muitos casos a discriminação nos locais de trabalho e na sociedade.

Com este breve estudo pretendemos mostrar, através de exemplos concretos relativos a emigrantes naturais e residentes no concelho de Montemor-o-Novo, um pouco dessa saga heroica protagonizada por tantos portugueses, a quem a ditadura de Salazar e de Marcelo Caetano, além de negar o direito a uma vida digna na sua pátria, ainda interpunha obstáculos à sua saída.

O tempo de permanência nos países de acolhimento era variável. Dependia das condições de vida e de trabalho e da capacidade de adaptação de cada família. Rosalina Maria não apreciou a sua experiência em Paris, onde se considerou “sempre estrangeira”<sup>193</sup>.

Já Maria José sentiu-se tão bem na mesma cidade, onde passou a maior parte da vida, que acabou por se naturalizar francesa.

Enquanto alguns procuraram aprender o mais depressa possível a língua do país de imigração, outros, pelo menos em França e segundo António José Melgueira, nunca chegaram a dominá-la, apesar dos muitos anos de vida neste país.

Outra das dificuldades era a adaptação às inclemências dos invernos da Europa Central. António Melgueira ao sair de casa de manhã muito cedo, tinha dificuldade em reconhecer o seu automóvel, porque todos estavam cobertos por um denso manto de neve. Evangelina da Conceição e Guilherme Grilo, a residirem a 10 quilómetros de Paris, resignavam-se muitas vezes a ir para o trabalho a pé, pela dificuldade em identificar o

---

<sup>192</sup> *Idem*, p. 130.

<sup>193</sup> Teresa Fonseca (Coordenação), *A memória das mulheres ...*, depoimento de Rosalina Maria Morraceda, p. 104.

carro e em libertá-lo da neve. Maria Luísa Tomate sentiu no clima o seu único inimigo alemão. E Evangelina da Conceição, além das saudades da família, sentia sobretudo a falta do sol alentejano, presente em todas as épocas do ano.



(Foro 5.- De esquerda para a direita Maria José Melgueira, Antonio Joaquim Melguera e Mariana da Conceição Sampaio)

A maioria destes emigrantes trabalhava arduamente, com o intuito de angariar, o mais rápido possível, o capital necessário para construir uma casa na terra natal, ou montar uma pequena empresa ou uma casa de comércio. Outros, porém, ficaram mais tempo. Criaram laços afetivos com os naturais e enquadraram-se plenamente na sociedade. No entanto, o apelo do regresso às origens e a vontade de viver na terra natal uma vida diferente da que tinham quando a seguir a partiram acabou por prevalecer. E nem a separação dos filhos e dos netos, já cidadãos de dupla nacionalidade ou de nacionalidade estrangeira, os impediu de voltar.